



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

CURSO	Administração Pública	ANO LECTIVO	2010/2011
-------	-----------------------	-------------	-----------

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular	Direito Administrativo		
Área Científica	Direito		
Classificação curricular	Obrigatória	Ano / Semestre	2ºA/1ºSem

Créditos ECTS	Horas de trabalho do aluno	Carga horária das sessões de ensino	
		Natureza Colectiva (NC)	Orientação Tutorial (OT)
5	135	TP=45	OT=15

DOCENTES		CATEGORIA
Responsável	Horácio Lopes	Equip.º a Prof. Coordenador
Teóricas		
Teórico-Práticas	Horácio Lopes	Equip.º a Prof. Coordenador
Práticas		
Prático-Laboratorial		

OBJECTIVOS

- Posicionar a Administração Pública face ao Direito Administrativo e este em face daquela, com base na compreensão do que sejam, por um lado, os modos típicos de organização, funcionamento e controlo da Administração, bem como as formas de actividade administrativa exercidas pela mesma, e, pelo outro, o Direito Administrativo, suas características, fontes, funções e tipos de normas;
- Fornecer uma visão panorâmica da organização administrativa portuguesa, mediante o enunciado e caracterização das modalidades de administração pública que nela se englobam, complementando-a, em termos da correspondente teoria geral, com a abordagem dos elementos, sistemas e princípios constitucionais pertinentes;
- Aprender o que é o procedimento administrativo, com particular destaque, no âmbito do procedimento comum, para a sua tramitação e para o papel desempenhado pelo acto administrativo, quer quanto a requisitos de validade e de eficácia, quer quanto a causas e regimes de invalidade, e, no universo dos procedimentos especiais, para o procedimento regulamentar e para o procedimento contratual;
- Dar uma ideia das garantias de que os particulares podem socorrer-se para fazer face aos comportamentos da Administração que sejam lesivos dos seus direitos e interesses legalmente protegidos.

Amey

PARTE I INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Conceito de Direito Administrativo
2. Administração pública e administração privada
3. Os vários sentidos da expressão administração pública
4. A função administrativa no quadro das funções do Estado
5. Formas da actividade administrativa
6. Sistemas administrativos
7. A administração pública e o direito. Ilegalidade e ilicitude
8. O princípio da legalidade e a presunção de legalidade
9. O controlo da administração pública
10. O direito administrativo: noção, características, fontes, funções e tipos de normas
11. A ciência do direito administrativo e a ciência da administração
12. O direito administrativo e os outros ramos do direito
13. Direito administrativo geral e direitos administrativos especiais

CAPÍTULO II - O INTERESSE PÚBLICO E A ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA

14. O interesse público: definição e prossecução
15. Interesse público, legalidade e mérito. O dever de boa administração
16. Vinculação e discricionariedade
17. Fundamentação e formalismo
18. Poder de decisão unilateral e a participação dos interessados na tomada de decisão
19. Autotutela executiva: significado e implicações
20. O interesse público e os interesses dos particulares
21. O princípio da proporcionalidade
22. Os princípios da igualdade, da imparcialidade, da justiça e da boa fé
23. O princípio da responsabilidade

PARTE II - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I - GENERALIDADES

24. Preliminares
25. Espécies de administração pública

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PORTUGUESA

§ 1º A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DIRECTA

26. A administração central
27. A administração periférica
28. Os serviços da administração directa
29. A administração independente

§ 2º A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL INDIRECTA

I - GENERALIDADES

- 30. Noção
- 31. Âmbito

II - PESSOAS COLECTIVAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA

- 32. Institutos públicos
 - 1. Serviços personalizados
 - 2. Fundações públicas
 - 3. Estabelecimentos públicos
 - 4. Regime jurídico dos institutos públicos
- 33. Entidades públicas empresariais

III - PESSOAS COLECTIVAS PRIVADAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA

- 34. Empresas públicas sob forma societária
- 35. Fundações criadas por iniciativa pública
- 36. Associações criadas por iniciativa pública

§ 3º A ADMINISTRAÇÃO AUTÓNOMA

I - GENERALIDADES

- 37. Noção
- 38. Âmbito

II - AUTARQUIAS LOCAIS

- 39. Preliminares
- 40. Regime jurídico das autarquias locais
- 41. Freguesia
 - 1. Noção e atribuições
 - 2. Órgãos
- 42. As associações de freguesias
- 43. As freguesias e as organizações de moradores
- 44. O Município
 - 1. Noção
 - 2. Criação e extinção
 - 3. Classificação de municípios
 - 4. Atribuições dos municípios
 - 5. Órgãos
- 45. O associativismo municipal
 - 1. Preliminares
 - 2. Áreas metropolitanas
 - 3. Comunidades intermunicipais
 - 4. Associações municipais de fins específicos
- 46. A intervenção do Estado na gestão autárquica
- 47. A Região
 - 1. Noção
 - 2. Atribuições
 - 3. Órgãos

4. O processo de regionalização
48. A administração regional autónoma
1. Noção
 2. Remissão
49. As associações públicas
1. Noção
 2. Espécies
 3. Regime constitucional específico
 4. As associações públicas profissionais em especial
50. As pessoas colectivas privadas da administração autónoma

CAPÍTULO III - TEORIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

§ 1º ELEMENTOS

I PESSOAS COLECTIVAS

51. Noção e espécies
52. Regime jurídico
53. Órgãos
1. Preliminares
 2. Classificações
3. Os órgãos colegiais em especial
54. Atribuições e competências
1. Generalidades
 3. A competência em especial
55. Relações interorgânicas
1. Noção
 2. Hierarquia administrativa
 3. Supervisão
 4. Delegação de poderes ou de competência
56. Relações intersubjectivas
1. Noção
 2. Tutela administrativa
 3. Superintendência
57. Serviços públicos
1. Noção
 2. Estrutura organizativa
 3. Regime jurídico

§ 2º SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

58. Sistemas de organização administrativa
1. Conceito e elenco
 2. Concentração e desconcentração
 3. Centralização e descentralização
 4. Integração e devolução de poderes

§ 3º PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

59. Enumeração e conteúdo
60. Limites

